

Tendências e fundamentação teórica desenvolvidas em torno dos Arquivos de Família: o caso do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva. Contribuições para o estudo da Arquivística Histórica na Região Autónoma da Madeira

Research trends and theoretical foundations developed around the Family Archives: the case study of the Calisto Pinto da Silva Family Archive. Contributions to the study of Historical Archivist in the Região Autónoma da Madeira

PEDRO DIOGO PEREIRA CÂMARA

Mestrando em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
pedroschool@outlook.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5533-3687>

RESUMO

Neste artigo divulgam-se os resultados alcançados e as problemáticas teóricas e metodológicas decorrentes do tratamento do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva, inserindo-se as atividades de reorganização, descrição e estudo da História Familiar na prática supervisionada em Arquivística Histórica desenvolvida na Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da

Madeira. Após uma primeira parte em que se reflete criticamente acerca dos estudos e contributos de pesquisa e em que se analisa, de forma pormenorizada, a fundamentação teórica promovida em torno dos Arquivos de Família, procede-se à elaboração de uma breve História da instituição de acolhimento e ao relacionamento do objeto de estágio com as práticas empregues no Arquivo Regional. Por fim, descrevem-se as tarefas realizadas e as dificuldades adjacentes ao tratamento do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva, visando-se em, primeira instância, compreender o referido acervo na sua completude, enquadrá-lo face à questão central e explorar potencialidades de pesquisa e novas investigações no quadro da História Local e Regional, neste caso, do Arquipélago da Madeira.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivística Histórica; Arquivos de Família; Família Calisto Pinto da Silva.

ABSTRACT

This text is the result of the work developed at the Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (DRABM) in the context of a curricular internship, as part of the Postgraduate Course in Historical Archivistcs at the NOVA School of Social Sciences and Humanities of the NOVA University of Lisbon. The aim of this research was to study the Calisto Pinto da Silva Family Archive based on the methodological principles in Historical Archivistcs advocated by Professor Maria de Lurdes Rosa in her article: "Reconstructing the production, recording and conservation of Pre-modern organizational information. Theoretical perspectives and research proposal".

In the last two decades, a renewed position and a particular interest in the "Archives" has been notorious, materializing all this attention in the fruitful debates encouraged by the academy with the significant increase of the formative offer to dynamize and promote epistemological perspectives resulting from the production of Master's and Doctoral Dissertations, as well as by the archive institutions themselves, which have demonstrated the ability to promote a critical sense and develop an effective dialogue between a practical-technical dimension. At the same time, the general interest in archival science is accompanied by the importance given to issues of community, family and personal archives.

Despite the vitality and remarkable momentum corresponding to the dawn of the 21st century, reference should be made to the 1980s of the last century, a moment in which an embryonic phase was established in terms of the visibility and primary focus of the respective studies in Portugal.

Conferences and meetings of an international nature and inestimable value were organized for the publication of numerous titles. More recently, the efforts of Professor Maria de Lurdes Rosa in raising studies on the Family Archives should be noted, materialized in the organization of colloquiums and meetings alluding to the theme, namely the colloquium held in Lisbon in 2010, *Arquivos de Família, séculos XII-XX: que presente, que futuro?* and in the commitment to curriculum offer through the inauguration of the Postgraduate Course in Historical Archivistics and the Phd in Historical Archivistics at the NOVA School of Social Sciences and Humanities of the NOVA University of Lisbon.

The Calisto Pinto da Silva Family Archive, donated to the Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, brings together a set of 95 documents, dating from 1824 to 1930. The overwhelming majority of the titles present in the aforementioned collection correspond to instruments of an administrative-financial nature and asset management of properties registered in favor of this family. The Calisto Pinto da Silva Family Archive had an inventory dated 1999, the year of the donation. It should be noted that the available inventory was out of date, allowing the reader to access only the minimum of information elements of a documentation described at the simplest level. The description did not respect, at all, the international norms of archiving, enshrined by the Council International Archives.

Oriented according to an eminently chronological and empiricist principle, the previous descriptive instrument, in addition to being not very detailed, revealed considerable absences regarding the contextualization and framing of the documents. Through the treatment of the Calisto Pinto da Silva Family Archive, several questions of great interest to the theme of the Family Archives arise, namely deep reflections on the role played by the archive in the construction of a family and personal identity and memory. This Archive turns out to be truly illustrative of an attempt to preserve, legitimize and consequently defend a very significant commercial image, achieved in the circumstance that the majority of documentation corresponds to titles of a financial management nature and others records guaranteeing the effective ownership of a given immovable property. In practice, the aim is to perpetuate an essentially economic and financial memory of the family, in an incessant appreciation of contractual matters, as well as the transmission of assets.

Linked to a set of family rituals, visible right from the start, in the preservation of the legacy and subsequent transmission of the patronymic to the firstborn, in an express act of perpetuation of traditions, the Calisto Pinto da Silva Family reveals, within the scope of its dynamics and family interactions and

to the values and mentalities of the time, the circumstance of the patriarch taking on an important role in the management of resources and in the administration of properties. Similarly to what generally happened in the Madeira Archipelago, several family members resorted to emigration in order to seek better conditions and business opportunities with the city of Caracas, Venezuela, as their primary destination.

From the detailed analysis of the Calisto Pinto da Silva Family Archive, at first sight, lines of investigation of the greatest relevance to the history of local commerce emerge, with particular emphasis on the social, economic and cultural aspects linked to commercial practices and their impact on mentalities and experiences in a period between the middle of the 19th century and the beginning of the 20th century. In this sense, participatory archival activities and crowdsourcing around the archives of historic stores or small traditional family businesses would be interesting, in which testimonies alluding to the memory and stories of these places that represent the culture, habits and customs of the people of Madeira Island.

KEYWORDS: Historical archivistics; Family archives; Calisto Pinto da Silva Family Archive.

Introdução

O presente texto é o resultado do trabalho desenvolvido na Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (DRABM) em contexto de estágio curricular, integrado na Pós-graduação em Arquivística Histórica da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, tendo como objeto de estudo o Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva, analisado à luz dos princípios metodológicos em Arquivística Histórica preconizados pela Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa no seu artigo científico: “Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas e proposta de percurso de investigação” (Rosa, 2017, pp. 547-586).

Pretende-se enquadrar metodologicamente as etapas empregues aquando do tratamento do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva, problematizando-se o quadro genérico das diversas fases que fundamentam uma área científica que prima pela caracterização histórico-institucional e construção de modelos de natureza orgânica para o estudo da documentação (Rosa & Nóvoa, 2018, p. 100). De resto, numa tentativa de resposta e de reflexão de

problemáticas historiográficas de maior amplitude, a Arquivística Histórica, enquanto área científica, visa o entendimento das formas e usos da informação arquivada, pelo que “contextualiza estas práticas e interpreta o seu significado, segue todo o percurso da informação e procura compreender as mutações a que o tempo a sujeitou” (Rosa & Nóvoa, 2018, p. 100).

Esta investigação procura (re)visitar, estabelecer uma retrospectiva dos projetos desenvolvidos em contexto nacional e apresentar, sucintamente, as discussões e debates que estruturam o núcleo basilar da temática dos Arquivos de Família e que, de um modo geral, revelam falta de consenso e posicionamentos não raras vezes divergentes, visível, desde logo, na pluralidade de propostas de definição e conceitualização. Refletir-se-á acerca do papel do arquivo na construção de uma identidade e memória familiar e dos silêncios que marcam o objeto de estágio. Por fim, um espaço dedicado à História familiar, ilustrativa de uma série de dinâmicas e fenómenos típicos da cultura madeirense, nomeadamente, a emigração para a América do Sul e Europa, da qual se almejavam melhores condições de vida e empregabilidade. Em suma, pretende-se explorar as várias dimensões que compõem o Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva, procurando-se aliar um saber técnico-prático a uma componente reflexiva e problematizante que encerra com a divulgação do catálogo em linha aos leitores do ABM (URL: https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/media/IDD_33_2022.pdf).

1. Arquivos de Família: o seu estudo em Portugal e fundamentação teórica

Nas últimas duas décadas, de uma forma generalizada, tem sido notória uma renovada posição e um interesse particular nos “Arquivos”, materializando-se toda esta atenção na concretização de profícuos debates incentivados, em primeira instância, pela academia, desde o incremento significativo da oferta formativa à dinamização e fomento de perspetivas e entendimentos epistemológicos decorrentes da produção de Dissertações de Mestrado e Doutoramento, bem como pelas próprias instituições de arquivo que têm demonstrado, na sua esmagadora maioria, capacidade em promover um sentido crítico e desenvolver um diálogo efetivo entre uma dimensão prático-tecnicista e uma vertente teórico-doutrinal (Rodrigues, 2020, p. 387).

Concomitantemente, o interesse genérico pela Arquivística é acompanhado pelo relevo conferido às questões dos Arquivos das comunidades, de

família e pessoais. Note-se que a expansão dos estudos redirecionados para as referidas tipologias, com especial destaque para os Arquivos de Família, prende-se com “uma redefinição de identidades que tem a novidade de procurar um sujeito plural, (...) membro de uma família, de uma comunidade, de um local (...) possuindo histórias próprias no interior das grandes narrativas oficiais” (Rosa, 2012, p. 15). Não obstante a vitalidade e o assinalável impulso correspondente aos alvares do século XXI, importa remeter para a década de 1980 do século passado, momento da consagração de uma fase embrionária no tocante à visibilidade e enfoque primário dos respetivos estudos em Portugal, referindo-se, desde logo, a organização de conferências e encontros de ordem internacional, de valor inestimável não apenas pelo avolumar de atas resultantes dessas mesmas palestras, mas também as devidas contribuições para as subsequentes publicações (Rodrigues, 2020, p. 388).

Neste sentido, interessa sublinhar que a primeira ocasião em que são tratadas as temáticas dos Arquivos de Família e apontadas, com maior amplitude, as problemáticas inerentes ao seu estudo remonta à intervenção da Professora Doutora Olga Gallego Domínguez na segunda edição do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas na cidade de Coimbra, datada de 1987 (2020, p. 388). Neste encontro, a investigadora espanhola realçara a máxima urgência de conceder um espaço específico de confrontação de ideias aos Arquivos de Família no panorama arquivístico nacional, visando-se o seu tratamento, salvaguarda e valorização (Rodrigues, 2020, p. 388). Desde então, têm-se multiplicado as iniciativas e os grupos de trabalho dedicados não só à Arquivística no seu todo, como também os núcleos de investigação redirecionados para a investigação dos Arquivos de Família. Desta forma, salientam-se pelo pioneirismo na área científica, atendendo a um critério meramente cronológico, a “Escola Arquivística” do Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto encabeçado pelos Professores Doutores Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro e com o contributo de Abel Rodrigues, evidenciando-se todo um esforço de teorização em torno do “modelo sistémico e interativo.” Não menos importantes são os esforços desenvolvidos por Pedro Abreu Peixoto no âmbito da teorização e reflexão acerca da definição de Arquivos de Família, que em muito contribuíram para a afirmação do campo de estudos em território nacional (Peixoto, 2002, pp. 77-90).

Mais recentemente, é de notabilizar os esforços da Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa na elevação dos estudos dos Arquivos de Família, materializável na organização de colóquios e encontros alusivos à temática,

nomeadamente o colóquio realizado, em Lisboa, em 2010, *Arquivos de Família, séculos XII-XX: que presente, que futuro?*, e na aposta formativa através da inauguração da Pós-Graduação em Arquivística Histórica e do curso de Doutoramento em Arquivística Histórica na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Ainda nesta linha de contribuição, destaque-se a formação de grupos de pesquisa e projetos de investigação de natureza multinacional, entre os quais o INVENT.ARQ (Inventários de arquivos de família, séculos XV-XIX: da gestão e prova a memórias perdidas. Repensando o arquivo pré-moderno), responsável pelo estudo aprofundado dos arquivos de famílias nobiliárquicas portuguesas de Antigo Regime, e o ARCHIFAM (Arquivos de Família na Península Ibérica: Finais do século XIII – Início do século XVIII), especialmente interessante pela partilha de experiências e divulgação científica em contexto franco-ibérico (Rodrigues, 2020, p. 400).

Apresentados em traços gerais os contextos de produção bibliográfica, os percursos e tendências de investigação em Portugal e os trabalhos desenvolvidos a respeito dos Arquivos de Família, interessa refletir acerca da conceitualização e propostas teóricas que fundamentam as principais discussões na academia e estruturam os princípios e bases advogadas por investigadores nacionais e internacionais. Antes de mais, importa considerar que, aquando da tentativa de reunião das mais recentes sugestões de definição, é notória a dificuldade de formulação de uma sugestão doutrinal consensual entre os diversos autores, somando-se a tudo isto as constantes atualizações e as renovadas perspetivas decorrentes da circunstância da área científica e respetivo interesse constituírem-se recentes (Mariz, Silva & Cordeiro, 2020, p. 76).

Assim sendo, uma primeira discussão desenvolve-se em torno da problemática das fronteiras e distinção entre Arquivos Familiares e Arquivos Pessoais. Na verdade, no panorama arquivístico nacional, a diferenciação entre ambos não é, de todo, uma tarefa simplista, revelando-se, desde logo, disparidades no tocante à própria utilização dos referidos termos. De resto, não existe um verdadeiro consenso quanto ao emprego das designações, ainda que, mediante uma breve revisão da literatura, destaca-se o uso do termo “Arquivos de Família/ Familiares” em detrimento de “Arquivos Pessoais”. Neste sentido, vários autores tendem a recorrer a ambas as expressões enquanto sinónimos, outros optam por uma das alternativas, muitas das vezes por questões meramente preferenciais, e, por fim, o caso em que os investigadores utilizam a designação composta “pessoais e familiares” (Mariz, Silva & Cordeiro, 2020, p. 76).

A este propósito, Armando Malheiro da Silva, Rosa Cordeiro e Anna Mariz advogam que a dificuldade de delimitação de arquivos pessoais face a um conjunto de documentos respeitantes a uma determinada família persiste, “pois, parte considerável dos documentos é comum a todos e os pessoais podem ser uma seleção artificial, perdendo assim a ligação com o conjunto, o vínculo e o contexto” (2020, p. 76). No fundo, a questão primordial reside na circunstância da fronteira que delimita ambas as dimensões ser efetivamente ténue e, portanto, ilustrativa de uma real complexidade de distinção da esfera pessoal e familiar ao ponto que, na esmagadora maioria dos casos, os contextos confundem-se e encontram-se conectados, de forma intrínseca e natural.

À semelhança da problemática terminológica, é evidente a amplitude de propostas de conceitualização acerca das especificidades e características centrais dos Arquivos Familiares, demonstrando um dinamismo acrescido e um interesse renovado nas discussões de teor teórico-epistemológico, em associação de uma multiplicidade de visões e perspetivas que, não raras vezes, acabam por ser divergentes. Deste modo, com o intuito de não se promover uma enumeração exaustiva das sugestões que têm sido, positivamente, defendidas por diversos autores, apresenta-se um conjunto de duas propostas conceituais que tendem a salientar, em linha geral, os elementos basilares das componentes essenciais dos Arquivos de Família.

Primeiramente, realce-se o ponto de vista de Aránzazu Lafuente Úrien, no sentido em que se reúne um leque substancial de dados que traduzem as características fundamentais dos Arquivos de Família, destacando-se, o facto desta tipologia de arquivo corresponder ao produto multifatorial das atividades da mais distinta natureza e origem dos membros integrantes de uma família, ao longo das sucessivas gerações, em paralelo com as múltiplas condições que podem transformar, de forma direta e indireta, os processos de acumulação/ organização e até mesmo a integralidade do fundo.

Los archivos familiares (...) son el complejo resultado de las actividades de una familia a lo largo de diversas generaciones, resultado de las actividades personales y públicas de sus miembros, de la administración de sus bienes y propiedades o del ejercicio de potestades jurisdiccionales y de patronato eclesiástico. En ellos además han actuado diversos factores a lo largo del tiempo que han podido modificar la integridad y el normal proceso de acumulación de documentos del fondo de archivo. (Lafuente Úrien, 2000, p. 16)

Na sequência da proposta de Lafuente Úrien, remete-se para o testemunho de Francisco Borja de Aguinalalde, entendido como uma ampliação e enriquecimento do conceito de Arquivos de Família, alertando-se para a introdução da noção de “Arquivos Domésticos”, com uma tradição particularmente enfatizada em Itália. Em certa medida, ajusta-se às especificidades do Arquivo em estudo, na medida em que se totalizam os três princípios inframencionados: família de nível social médio; uma forte presença a nível local e um tamanho reduzido do acervo.

El más interesante, a mi modo de ver, es la ampliación del concepto [Arquivos de Família], que en Italia y Francia -países de robusta tradición en la materia- abarca desde hace unos años a los denominados archivos domésticos, que, siendo los de familias de niveles sociales medios, con una presencia localista y de reducido tamaño (Borja de Aguinalalde, 2013, p. 7)

Do mesmo modo, atente-se à definição de *Arquivos de Família e Pessoais* apresentada pelo Professor Doutor Armando Malheiro da Silva.

Estamos perante um *Sistemas de Informação organizado ou operativo*, cujo pólo estruturante e dinamizador é uma entidade – Família e Pessoa, cada qual com estrutura própria e acção fixada sempre por objectivos diversos, uns perenes e outros mutáveis. Aplica-se, assim, a teoria sistémica devidamente adaptada à ontologia do fenómeno informacional. (Silva, 2004, p. 60)

Por último, em relação com o Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva, depreende-se que os Arquivos de Família não se constituem uma reunião de documentação meramente esporádica, desintencional e irrefletida dos produtores da informação, mas antes correspondem a uma série de “complexas construções imbuídas de significado e intencionalidade e orientadas para o cumprimento de objetivos específicos e determinados” (Nóvoa, 2016, p. 21).

2. Arquivo e Biblioteca Pública da Madeira: A instituição de acolhimento

O Arquivo Distrital do Funchal foi estabelecido pelo decreto n.º 19.552 de 27 de junho de 1931, com o objetivo de recolher, organizar, inventariar

e disponibilizar ao público a documentação referente ao Distrito do Funchal que se encontrava dispersa por todo o Arquipélago da Madeira. Na verdade, o ano de 1931 revelou-se preponderante para a estruturação e definição orgânico-funcional do Arquivo Distrital, destacando-se a promulgação do decreto n.º 20.690 de 30 dezembro, no qual se consagram as condições de funcionamento.

Note-se que, em janeiro de 1932, o arquivo recém-criado encontrar-se-ia, ainda que a título provisório, instalado no Palácio da Encarnação, então localizado na rua de Santa Luzia (Funchal), sendo no ano seguinte, em maio de 1933, transferido para o Palácio de São Pedro, outrora residência dos Condes do Carvalhal, a pedido da Direção de Arquivos (Ferreira, Jardim & Guerra, 1997, p. 14). De resto, o primeiro Diretor do Arquivo Distrital do Funchal foi João Cabral do Nascimento (1897-1978), uma figura promotora da cultura e da História da Madeira, que em conjunto com Álvaro de Manso Sousa funda, em 1931, a revista *Arquivo Histórico da Madeira*.

Com a “Revolução dos Cravos” de 25 de abril de 1974 e conquista da autonomia político-administrativa, o Arquivo Distrital do Funchal conhece um novo capítulo da sua História. Mediante a aprovação do Decreto-Lei n.º 287/80 a 16 de agosto de 1980, a sua tutela administrativa é transferida para o Governo da Região Autónoma da Madeira, “constituindo um organismo dependente da Secretaria Regional de Turismo e Cultura no âmbito da Direção Regional dos Assuntos Culturais” (Ferreira, Jardim & Guerra, 1997, p. 14). A instituição por excelência do Arquipélago da Madeira no que concerne à gestão, conservação, tratamento e divulgação da documentação passaria a designar-se Arquivo Regional da Madeira.

Entretanto, em maio de 1998, numa linha de continuidade de atribuição de tarefas e respetivas responsabilidades, é promulgado, na Assembleia Legislativa Regional, o Decreto Legislativo Regional n.º9/98/M que constitui o Arquivo supramencionado como o órgão de gestão dos arquivos da Região Autónoma da Madeira, diploma estruturante para o efetivo desempenho do Arquivo Regional da Madeira enquanto organismo central em matéria de arquivos na RAM e para o desenvolvimento de “estratégias de valorização e de suporte técnico não apenas de arquivos das administrações públicas como também de entidades privadas.” (Macedo, 2020, p. 374). Passados sensivelmente 70 anos desde a instalação do Arquivo Distrital no Palácio de São Pedro, em 2004, é inaugurado um novo edifício do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira no Caminho dos Álamos, Santo António, muito em parte devido à necessidade de ampliação, modernização e de uma maior aproximação face à Universidade da Madeira.

Em 2016, procedeu-se à institucionalização do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM) mediante a portaria n.º 50/2016, numa fusão de ambos os organismos, visando-se a “salvaguarda e valorização do património arquivístico, a promoção da execução da política arquivística da Região, a valorização do património bibliográfico e a criação e difusão de hábitos de leitura”. Já em 2020, pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 27/2020/M de 27 de abril e pela Portaria n.º 368/2020 de 16 de julho, aprova-se respetivamente a orgânica e estrutura nuclear da Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (DRABM), integrada na Secretaria Regional de Turismo e Cultura (SRTC).

No que diz respeito à relação da DRABM com os Arquivos de Família, refira-se que o primeiro Arquivo Familiar a ser incorporado pelo Arquivo Distrital do Funchal foi o Arquivo da Família Freitas Branco em 1934, seguindo-se “a família Torre Bela em 1959, a família Freitas Lomelino em 1964, a família Ornelas e Vasconcelos em 1960 e 1964, a família Bettencourt Mimoso” (Macedo, 2020, p. 373). Não obstante os esforços e iniciativas empregues pelo então Diretor do Arquivo Distrital, Pereira da Costa (1955-1966) e a publicação do vigésimo primeiro volume do jornal *Arquivo Histórico da Madeira* dedicado à inventariação do Arquivo de Família Ornelas Vasconcelos (Ferreira, 2019, p. 337), a verdade é que só a partir de 2004, com a edificação das atuais instalações, vocacionadas para uma forte componente pública, que se procedeu a um conjunto de atividades promotoras de incorporação, tratamento e divulgação de Arquivos de Família (Macedo, 2020, p. 374).

No seguimento do importante progresso e louváveis esforços da DRABM ao longo da sua constituição, assiste-se, nos quadros atuais, à continuidade na aposta e respetivo reconhecimento da preponderância dos Arquivos de Família enquanto valor patrimonial e retrato de uma determinada memória, tradições e costumes, através da aceitação de doações e depósitos, do recurso às ferramentas de digitalização e de microfilmagem, da priorização do acesso integral da documentação e da preferência de produção de inventários e catálogos que exprimam as heterogeneidades do arquivo (Ferreira, 2019, p. 344).

3. História Familiar: Os Calistos Pinto da Silva

Família originária do Concelho de Câmara de Lobos com fortes raízes à freguesia do Estreito de Câmara Lobos, onde se regista a posse de prédios rústicos e urbanos, os *Calistos Pinto da Silva* para além das atividades no setor agrícola, empenhavam-se com uma assinalável presença comercial na cidade do Funchal. Entre as principais propriedades, enumera-se um prédio

na Quinta dos Reis, freguesia do Monte, inúmeros prédios e respetivas benfeitorias no sítio da Saraiva, vários prédios e benfeitorias de vinha, cana-de-açúcar, inhame e outras árvores de fruto típicas da região no Bairro da Aldeia, freguesia de Câmara de Lobos, um prédio na rua da Conceição n.º 51, 53 e 53A de polícia e um prédio na rua dos Ferreiros n.º 15, 17, 19 de polícia, estes últimos na freguesia da Sé¹.

Não confinando somente a sua influência e laços familiares no sítio da Saraiva ou até mesmo no sítio da Aldeia, os *Calistos Pinto da Silva*, dedicados, em primeira instância ao cultivo da terra, acabaram em momentos posteriores por apostar numa vertente comercial, pelo que se estabelecem firmas e sociedades comerciais entre os diversos membros familiares na cidade do Funchal. A este respeito, salienta-se a constituição da firma “Calisto Pinto da Silva e Filho” em 1919, composta por Calisto Pinto da Silva (1863-1954) e o seu filho Américo Julião Pinto da Silva (1892-1967) da qual decorre a “Mercearia Lealdade”², então localizada na Rua dos Ferreiros, lojas n.º 38 e 42, onde eram comercializadas especiarias como o cravinho, pimenta preta oriunda de Singapura, queijos provenientes do Brasil, farinha “Maizena”, entre outros géneros e produtos alimentícios³ e um estabelecimento de venda de roupa e vestuário, igualmente situada na Rua dos Ferreiros lojas n.º 34 e 36, denominada “Calisto Pinto da Silva & C.ª”.

Num breve exercício de sistematização e enquadramento genealógico da Família Calisto Pinto da Silva, interessa identificar os principais produtores da informação. Em primeiro lugar, destaque-se Calisto Pinto da Silva (n.1790), filho de José Pinto da Silva e Simoa Joaquina da Silva, ambos originários do concelho de Câmara de Lobos. Morador no sítio da Saraiva, Calisto Pinto da Silva casa em duas ocasiões distintas, contraindo um primeiro matrimónio, em 1811, com Maria de Araújo. Após o falecimento de sua esposa, celebra um novo casamento com Maria Joaquina em 1819. Deste segundo laço matrimonial nascem, entre outros, Calisto Pinto da Silva (n.1835), Francisco Pinto da Silva, morador no sítio da Aldeia, e Vicência Lopes Joaquina⁴.

Iniciando-se toda uma tradição familiar no que concerne à transmissão do patronímico, ao primogénito é atribuído o nome de “Calisto”. Como já

¹ Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1880). *Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva*, cx. 1, doc. 43, fls. 1-11.

² Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1919). *Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva*, cx. 1, doc. 87, fls. 1-11.

³ Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (1914). *Espólio José de Sainz-Trueva*, cx. 7, doc. 20.

⁴ Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1870). *Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva*, cx. 1, doc. 29, fls. 1-3.

mencionado, da união de Calisto Pinto da Silva e Maria Joaquina nasce Calisto Pinto da Silva, este último que acaba por casar com Vitorina Augusta de Jesus a 29 de abril de 1861. Por sua vez, resulta deste laço, o nascimento de Francisco Pinto da Silva (1865-1946), Luís Gonçalves Pinto da Silva (1869-1945), Clemente Pinto da Silva (n.1881) e Calisto Pinto da Silva (1863-1954), casado com Filomena Augusta da Silva, gerente da sociedade comercial que estabelece com o filho Américo Julião Pinto da Silva, a “Calisto Pinto da Silva e Filho”, e avô paterno de um dos doadores do presente arquivo, Albano Calisto Pinto da Silva. Ligada a um conjunto de rituais familiares, visível desde logo, na preservação do legado e subsequente transmissão do patronímico ao primogénito, num expresso ato de perpetuação das tradições, a Família Calisto Pinto da Silva revela, no âmbito das suas dinâmicas e interações familiares, a circunstância do patriarca assumir um papel de relevo na gestão dos recursos e na administração das propriedades⁵. Por fim, à semelhança do que ocorria, de um modo generalizado, no Arquipélago da Madeira, vários membros da família recorreram à emigração no sentido de almejarem melhores condições de vida e oportunidades de negócios, tendo como destinos primordiais New Bedford, Massachusetts, nos Estados Unidos da América⁶ e a cidade de Caracas, na Venezuela⁷. Além do mais, desenvolvem-se empreendimentos comerciais nesta região da América do Sul, alertando-se, a este propósito, para um estabelecimento fundado por Luís Pinto da Silva⁸.

4. A prática em contexto de estágio: Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva

4.1. Metodologia adotada e caracterização das tarefas realizadas

O estágio curricular em Arquivística Histórica decorreu na Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira, sendo que o âmbito da for-

⁵ Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1836). *Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva*, cx. 1, doc. 6, fls. 1-2.

⁶ Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1919). *Governo Civil do Funchal*, cx. 387, proc. 106, pass.te 791.

⁷ Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1948). *Governo Civil do Funchal*, cx. 526, proc. 62, pass.te 2167.

⁸ Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1948). *Governo Civil do Funchal*, cx. 526, proc. 62, pass.te 2167.

mação incidu na reorganização, descrição e estudo do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva (FCPS).

Note-se que o presente arquivo já possuía um instrumento descritivo produzido em 1999⁹, pelo que atendendo a esta particularidade e ao facto de o acervo documental apresentar uma dimensão reduzida, a proposta teórico-prática inseriu-se na reflexão das problemáticas arquivísticas e históricas deste arquivo, pretendendo-se pela primeira vez a sua divulgação em linha, no *Archeevo* – plataforma de gestão documental da DRABM. Como tal, as tarefas desempenhadas recaíram, de um modo genérico, sobre cinco eixos fundamentais de ação, destacando-se a construção da árvore genealógica, a descrição documental, a definição do Quadro de Classificação, a constituição de registos de autoridade arquivística e a produção do catálogo.

Em primeiro lugar, com o intuito de se compreenderem os laços familiares, o sentido das relações consagradas e subsequente celebração de contratos e de outros instrumentos públicos procedeu-se à elaboração de uma árvore genealógica de acordo com a base de dados de casamentos e batismos do Arquivo Regional e Biblioteca da Madeira. Remeta-se para a circunstância de terem sido rastreados cerca de 120 elementos referentes à família supramencionada num período compreendido entre finais do século XVIII a meados do século XX, ultrapassando em larga escala os meros produtores de documentação.

Segundamente, descreveu-se a documentação de acordo as normas internacionais¹⁰ e a sua adaptação ao caso português¹¹, privilegiando-se não apenas os campos obrigatórios como também outros campos de natureza opcional, visando-se, portanto, um nível de descrição detalhado, desde a cota, cota do produtor, título atribuído e título formal ao produtor e entidade detentora da documentação. Desta forma, foram descritos os 95 documentos pertencentes ao Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva.

Num terceiro momento, definiu-se o Quadro de Classificação baseado metodologicamente no “modelo sistémico e interativo” advogado pela “Escola Arquivística” do Departamento de Ciências da Comunicação e da Informação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, encabeçada pelo Professor Doutor Armando Malheiro da Silva (2004, pp. 55-84). Na verdade, o núcleo

⁹ Arquivo Regional da Madeira. (1999). *Catálogo do Arquivo da Documentação da Família Calisto Pinto da Silva*, 33.

¹⁰ Conselho Internacional de Arquivos. (2002). *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. (2.ª ed.). Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo.

¹¹ Direção-Geral de Arquivos – Grupo de Trabalho de Normalização e Descrição em Arquivo. (2011). *Orientações para a descrição arquivística*. (3.ª versão). DGARQ.

central de aplicação do “modelo sistémico e interativo” e da conceção de arquivo enquanto um sistema de informação (Silva, 2004, p. 68), defendida pelos autores subsiste na premissa de que “a ação humana e social gera e contextualiza a informação (os documentos), impondo-se, por isso, através da noção operatória de organicidade (...) o imperativo de reconstituição ou de devolução o mais rigorosa possível ao contexto orgânico-funcional originário” (Silva, 2004, p. 58).

Adotando-se um princípio cronológico, a cada geração da família é atribuída uma secção. Posteriormente, estabelecem-se as subsecções que correspondem ao casal responsável, por geração, pela representação da Família Calisto Pinto da Silva, pelo que é descrita a documentação produzida e adquirida em contexto matrimonial. Acrescem-se subsecções do marido e esposa (Silva, 2004, p. 70), separadamente, respeitando-se a individualidade dos membros integrantes do casal, ao ponto que são considerados documentos anteriores à celebração do matrimónio ou posteriores ao falecimento de um dos cônjuges, à semelhança de todo um outro conjunto de subsecções referentes à descendência e irmãos, seguindo-se uma ordenação cronológica de idades aquando da existência de múltiplos elementos no mesmo nível de relacionamento (Silva, 2004, p. 70). Já no que concerne à ordenação da documentação (documentos simples e compostos) em cada secção e subsecção privilegiou-se um critério cronológico.

Não obstante, realizaram-se diversos ajustes atendendo à aplicação e transposição do Quadro de Classificação para o *Archeevo*, no sentido de se evitarem subsecções sem qualquer documento, pelo que, de acordo com as particularidades e dimensões do presente arquivo, não se justificou a criação de subsecções alusivas às “fases da vida”.

Quadro de Classificação do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva (Modelo Sistémico e Interativo)

Sistema de informação (Fundo) – **Família Calisto Pinto da Silva (1824-1930)**

Secção 1 - Calisto Pinto da Silva (n.1790) e Maria de Araújo, primeira esposa

Subsecção 1.1 – João Gonçalves (filho)

Subsecção 1.2 – João Pinto da Silva (filho)

Subsecção 1.3 – Manuel Pinto da Silva (filho)

Subsecção 1.4 - João Pinto da Silva (irmão)

Secção 2 - Calisto Pinto da Silva (n.1790) e Maria Joaquina, segunda esposa

Subsecção 2.1 – Calisto Pinto da Silva

Subsecção 2.2 – Maria Joaquina

Subsecção 2.3 – Francisco Pinto da Silva (filho)

Secção 3– Calisto Pinto da Silva (n.1835) e Vitorina Augusta Jesus (n.1842)

Subsecção 3.1 – Luís Gonçalves Pinto da Silva (filho)

Secção 4 – Calisto Pinto da Silva (1863-1954) e Filomena Augusta da Silva

Subsecção 4.1 – Calisto Pinto da Silva

Por fim, constituíram-se os registos de autoridade arquivística ao nível da família e pessoa singular e produziu-se o catálogo a disponibilizar aos leitores do ABM, disponível no seu sítio digital: https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/media/IDD_33_2022.pdf. Quanto aos desafios respeitantes a todo este processo, identificam-se algumas limitações ao nível da História Custodial e Arquivística. De facto, não foi possível conferir outros dados para além daqueles que já constavam no Instrumento Descritivo anterior, isto é, documentação doada ao ABM a 17 de junho de 1999 por membros da família, Albano Calisto Pinto da Silva, António de Aguiar Branco e Nuno Oliveira Pinto da Silva¹². Considerando este contexto, uma das soluções possíveis no sentido de se reunirem outros elementos corresponde numa aposta na História Oral, deixando-se, na eventualidade de novo estudo acerca da Família Calisto Pinto da Silva, esta recomendação e pista metodológica.

4.2. O Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva

4.2.1 Características do acervo documental e tipologia de registos e a marca do arquivista responsável pelo primeiro tratamento do arquivo

O Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva, doado ao Arquivo Regional e Biblioteca da Madeira reúne um conjunto de 95 documentos, compreendidos entre 1824 e 1930. A esmagadora maioria dos títulos presentes no referido acervo correspondem a instrumentos de natureza administrativo-financeira e de gestão patrimonial das propriedades registadas a favor desta família, cujas origens remontam ao Concelho de Câmara de Lobos. Destacam-se, a título de exemplo, inúmeras escrituras de compra, venda e

¹² Dados confirmados pela Dr.ª Zélia Fernandes Dantas, Diretora de Serviços de Aquisições e Gestão de Depósitos, mediante consulta do mapa de documentação entrada.

arrendamento de benfeitorias, prédios rústicos e urbanos, escrituras de mútuo e hipoteca, talões comprovativos de pagamento de montantes, declarações de reconhecimento de dívida e de avaliação de bens e sentenças cíveis de partilha de bens.

Como já fora referido, o Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva apresentava um inventário datado de 1999, de resto, o ano da doação (Arquivo Regional da Madeira). Note-se que o inventário disponibilizado se encontrava desatualizado, permitindo ao leitor aceder somente ao mínimo de elementos informativos de uma documentação descrita ao nível do documento simples, ainda que a descrição não respeitasse, de todo, as normas internacionais de arquivo, consagradas pelo Conselho Internacional de Arquivos. Orientado segundo um princípio cronológico e empirista, o instrumento descritivo anterior, além de pouco detalhado, revelava consideráveis ausências no tocante à contextualização e enquadramento dos documentos num determinado núcleo familiar, descurando-se a noção de organicidade.

4.2.2. Problemáticas teóricas adjacentes ao Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva

Mediante o tratamento do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva levantam-se várias questões do maior interesse para a temática dos Arquivos de Família, nomeadamente, profundas reflexões acerca do papel desempenhado pelo arquivo na construção de uma identidade e memória familiar e pessoal, à semelhança das intencionalidades da conceção do acervo documental. Destaque-se que a constituição de um arquivo, independentemente da tipologia, reflete um conjunto multifatorial de motivações e propósitos distintos que o consubstanciam, enumerando-se “[the] symbolic value, the granting of legitimacy and authenticity to those represented in the archive, and invisibility to those who are not, whether as a deliberate or subconscious act” (Woodham et al., 2019, p. 5).

O Arquivo FCPS acaba por ser ilustrativo de uma tentativa de preservação, legitimação e conseqüente defesa de uma herança patrimonial e de uma imagem comercial deveras significativa, concretizada na circunstância da esmagadora maioria da documentação corresponder a títulos de natureza de gestão financeira e outros registos garantes da posse efetiva de um determinado bem imóvel. Na prática, visa-se a perpetuação de uma memória económico-financeira da família, numa incessante valorização de matérias contratuais, bem como de transmissão de bens (Woodham et al., 2019, p.

5). No fundo, constrói-se uma identidade própria, intencional e o tanto quanto representativa da realidade laboral e das dinâmicas intrafamiliares, num claro contacto com a máxima advogada pelo investigador Harriet Bradley “what we find in the archive is ourselves” (1999, p. 119).

Não obstante, importa sempre considerar que “the notion that archives are neutral places with no vested interests has been undermined by current philosophical and theoretical handlings of the concept of the «Archive» (Carter, 2006, p. 216). Neste sentido, o arquivista é confrontado com episódios de distorções e até mesmo silêncios propositados, frequentemente motivados por um ideal de representação que a instituição ou família deseja preservar com a maior amplitude possível. Embora a marca do silêncio “assombre” a totalidade dos arquivos (Carter, 2006, p. 217), a verdade é que esta se assume uma constante no Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva tanto pelos significativos hiatos de inexistência de documentação, bem como pelo facto de abundar uma quase exclusiva tipologia de registos. No entanto, admita-se que “silences only come into existence when researchers look for specific pieces of information in the archive” (Moss & Thomas, 2021, p. 11).

5. Considerações finais

Em suma, remeta-se para o interesse do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva para o entendimento e contextualização socioeconómica da segunda metade do século XIX e alvares do século XX da Região Autónoma da Madeira, no seguimento da tipologia e natureza das relações familiares estabelecidas, dinâmicas comerciais e negociais instituídas. Além das lógicas de funcionamento da referida família, o arquivo organizado dota-se de uma riqueza imensa para a compreensão da questão da construção de uma identidade própria e intencional dos membros de um determinado núcleo familiar por via de um acervo documental, assumindo-se, por outro lado, um novo contributo de aplicação do “modelo sistémico e interativo” no ABM.

Do levantamento e análise pormenorizada do arquivo FCPS, sobressaem, à primeira vista, linhas de investigação da maior pertinência para a História do comércio local, com particular ênfase para os aspetos sociais, económicos e culturais ligados às práticas comerciais e ao seu impacto nas mentalidades e vivências. A verdade é que, no cômputo geral, assume-se como um campo pouco aprofundado e desenvolvido em termos académicos e sem um espaço próprio de diálogo e de confrontação de ideias que em muito contribui-

riam para a História do Funchal e do Património Material e Imaterial do Arquipélago da Madeira.

O estudo do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva e subsequente tentativa de aplicação do percurso metodológico em Arquivística Histórica constituíram-se passos preliminares de possíveis problemáticas a desenvolver a título posterior, considerando-se que as mais recentes preocupações relacionadas com estabelecimentos comerciais de “interesse histórico” na cidade do Funchal têm revelado uma tendência positiva de incremento de atenção a propósito da temática, evidenciando-se o projeto camarário, “Lojas com História”. Neste sentido, tornar-se-iam interessantes atividades de arquivística participativa em torno dos arquivos de lojas históricas ou em que se reuniram testemunhos alusivos à memória e recordações destes locais que representam os hábitos e costumes madeirenses.

Bibliografia

- Arquivo Regional da Madeira. (1999). *Catálogo do Arquivo da Documentação da Família Calisto Pinto da Silva*, 33.
- Borja de Aguinalde, F. (2013). *Archivos de Familia y Archivos domésticos Treinta años de experiencias*. Edição do autor.
- Bradley, H. (1999). The seductions of the archive: voices lost and found. *History of the Human Sciences*, 12(2), 107-122.
- Carter, R. G. S. (2006). Of Things Said and Unsaid: Power, Archival Silences, and Power in Silence. *Archivaria*, 6(1), 215-233.
- Ferreira, M. F. A. de B., Jardim, G., & Guerra, J. V. (1997). Arquivo Histórico da Madeira. *Boletim do Arquivo Regional da Madeira*.
- Ferreira, M. F. A. de B. (2019). Family and Personal Archives in the Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira (ABM): private memories lead to future collective memory. In M. L. de Rosa, R. S. da Nóvoa, A. B. Gago, & M. J. da Câmara (Eds.), *Recovered Voices, Newfound Research* (pp. 333-351). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Gallgo Dominguez, O. (1987). *Archivos Familiares: Organización* [Paper presentation]. Actas [do] 2.º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas – A integração europeia: um desafio à informação, Coimbra.
- Lafuente Úrien, A. (2000). *Archivos Nobiliarios: Cuadro de Clasificación. Sección Nobleza del Archivo Histórico Nacional*. Ministerio de Educación Cultura y Deporte, Centro de Publicaciones.
- Macedo, L. S. A. (2020). Percursos custodiais dos arquivos de família através dos instrumentos de acesso à informação do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira: uma análise de conteúdo. In J. R. Núñez Pestano, M. de L. Rosa, & J. Gutiérrez de Armas (Eds.), *Herencia Cultural y Archivos de Familia en los Archipiélagos de la Macaronesia* (pp. 365–399). Instituto de Estudios Canarios/ Instituto de Estudos Medievais – FCSH Universidade Nova de Lisboa.

- Mariz, A., Silva, A. M. da., & Cordeiro, R. I. (2020). As fotografias nos Arquivos Pessoais e Familiares: para uma visão teórica. *Páginas a&b*, (14), 74-90.
- Moss, M., & Thomas, D. (Eds.). (2021). *Archival silences: missing, lost and, uncreated archive*. Routledge.
- Nóvoa, R. S. da. (2016). *O Arquivo Gama Lobo e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI* [Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/19004>.
- Peixoto, P. de A. (2002). Perspetivas para o futuro dos Arquivos de Família em Portugal. *Cadernos BAD*, (1), 77-90.
- Rodrigues, A. (2020). *Os Arquivos Pessoais e Familiares em Portugal: uma reflexão crítica dos últimos vinte anos* [Ata]. Actas do 5.º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro, Arcos de Valdevez.
- Rosa, M. de L. (2012). Arquivos de família: para um roteiro de temas e problemas. In M. de L. Rosa (Ed.), *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* (pp. 15-30). Instituto de Estudos Medievais/ Centro de História de Além-Mar/ Caminhos Romanos.
- Rosa, M. de L. (2017). Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 30, 547-586.
- Rosa, M. de L., & Nóvoa, R. S. da. (2018). Arquivística Histórica e arquivos de família, entre História e Ciência arquivística. *Revista Portuguesa de História*, 49, 97-119.
- Silva, A. M. da. (2004). Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, 3, 55-84.
- Woodham, A, King, L., Gloyne, L., Crewe, V., & Blair, F. (2019). We Are What We Keep: The “Family Archive”. Identity and Public/Private Heritage. *Heritage & Society*, 1-18.

Fontes

- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1836). *Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva*, cx. 1, doc. 6, fls. 1-2.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1870). *Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva*, cx. 1, doc. 29, fls. 1-3.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1880). *Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva*, cx. 1, doc. 43, fls. 1-11.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1919). *Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva*, cx. 1, doc. 87, fls. 1-11.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1914). *Espólio José de Sainz-Trueva*, cx. 7, doc. 20.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1919). *Governo Civil do Funchal*, cx. 387, proc. 106, pass.te 791.
- Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. (1948). *Governo Civil do Funchal*, cx. 526, proc. 62, pass.te 2167.

Legislação

- Decreto Legislativo Regional n.º 9/98/M da Região Autónoma da Madeira – Assembleia Legislativa Regional. Diário da República: I série – A, n.º 118, 2449.
- Decreto n.º 19952/1931 do Ministério da Instrução Pública – Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Diário do Governo: I série, n.º 147, 1253-1269.
- Decreto n.º 20.690/1931 da Região Autónoma da Madeira – Assembleia Legislativa Regional. Diário do Governo: I série, n.º 300, 2778-2779.
- Decreto-Lei n.º 287/80 da Presidência do Conselho de Ministros – Secretaria de Estado da Cultura. Diário da República: I série, n.º 188, 2203.
- Decreto Regulamentar Regional n.º 27/2020/M da Região Autónoma da Madeira. Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira: I série, n.º 77, 1-5.
- Portaria n.º 368/2020 da Região Autónoma da Madeira. Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira: I série, n.º 133, 1-16.
- Portaria n.º 50/2016 da Região Autónoma da Madeira. Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira: I série, n.º 30, 1-6.

Normas Arquivísticas

- Conselho Internacional de Arquivos. (2002). *ISAD(G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. (2.ª ed.). Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo.
- Direção-Geral de Arquivos – Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo. (2011). *Orientações para a descrição arquivística*. (3.ª versão). DGARQ.

Sítios digitais

- Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. (2022). *Catálogo do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva*. https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/media/IDD_33_2022.pdf

BAUC VOL. XXXVI, N.º 2

NOTA DE APRESENTAÇÃO

ESTUDOS

O processo de reconstituição do acesso à documentação do Arquivo do Serviço de Beneficência da Fundação Calouste Gulbenkian
Rita Emília Ferreira Fernandes

Academia das Ciências de Lisboa: estudo orgânico-funcional e proposta de classificação (1779-1978)
Joana Gomes Soares e Maria Beatriz Merêncio

A Documentação Musical do Arquivo da Irmandade dos Clérigos do Porto: Proposta de Descrição Arquivística
Francisco Oliveira Cymbron Furtado Cabral

Landscape architectural documents in personal archives, an added challenge: the case of Gonçalo Ribeiro Telles' archive
Maria João Fonseca

Quare? O Arquivo de D. Francisco Manuel de Melo
Paulo Manuel dos Anjos Ribeiro Gonçalves

Tendências e fundamentação teórica desenvolvidas em torno dos Arquivos de Família: o caso do Arquivo da Família Calisto Pinto da Silva. Contribuições para o estudo da Arquivística Histórica na Região Autónoma da Madeira
Pedro Diogo Pereira Câmara

ISSN

0872-5632

2182-7974

MORADA PARA CORRESPONDÊNCIA

Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra

Arquivo da Universidade de Coimbra

Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

URL: <http://www.uc.pt/auc>